

CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA – CONEC
33ª SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA – 2024/2025

1 **ATA DA TRIGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO ESTADUAL DE CULTURA-CONEC, 2024 A 2024.** Ao 8º (oitavo)
3 dia do mês de Novembro do ano de 2024, às 14h, de forma totalmente virtual.
4 Conforme o comunicado circular convocatório enviado no grupo virtual do
5 plenário em 05 de novembro de 2024 e atingido o quórum mínimo, o presidente
6 declarou aberta a 33ª Sessão Ordinária do Conselho Estadual de Cultura
7 (CONEC). Em virtude das ausências justificadas do presidente e do vice-
8 presidente, e diante dos poderes investidos, como secretário geral, pelo
9 regimento interno deste conselho assumiu a presidência o senhor **PEDRO**
10 **HENRIQUE SECATTI CACHEADO** conforme determina a Lei nº 5.417 de 17 de
11 Março de 2021. Para auxiliá-lo nos trabalhos convocou a conselheira titular
12 representante do poder público **CRISTINA HELENA MAIA DE OLIVEIRA** da
13 Secretaria de Estado da Fazenda-SEFAZ. A secretária-geral interina informou
14 que estavam presentes, além dos membros da mesa diretora, os conselheiros
15 com direito a voto, conforme lista anexa. **O PRESIDENTE** agradeceu ao
16 secretário-geral interino e, dando início aos trabalhos da plenária, retornou-lhe a
17 palavra para a leitura do **EXPEDIENTE**. A secretária-geral interina informou que
18 a Etapa II do PEC, com a participação dos delegados da conferência, já foi
19 iniciada e tem previsão de encerramento para este mês. As ações coordenadas
20 da PNAB para a busca ativa nos municípios já estão em andamento, com os
21 membros divididos em oito equipes. A equipe de apoio segue no aguardo da
22 regulamentação da Lei 14.835, que institui o marco regulatório do Sistema
23 Nacional de Cultura (SNC), para possível adequação do atual sistema estadual
24 de cultura, conforme a Portaria 137 do Ministério da Cultura, publicada em 8 de
25 julho de 2024. A minuta do Código de Ética e Decoro do CONEC será pautada
26 para a sessão ordinária de dezembro de 2024. Informou que ainda estão em
27 trâmite as nomeações dos titulares da FAPIAM e da SEC, além dos suplentes
28 das áreas de música, cultura popular de matriz ibérica, cultura indígena, do
29 Fórum dos Secretários de Cultura dos Municípios e da FEPIAM. Foram
30 ratificados os pedidos de indicação de representantes da UEA e do suplente da
31 área de teatro para recompor o mandato atual do CONEC. No dia 5 de
32 novembro, celebrou-se o Dia Nacional da Cultura, em homenagem a Rui
33 Barbosa, destacado jurista, jornalista, político, diplomata, ensaísta e orador, que
34 teve grande relevância no cenário político e cultural do Brasil. Por fim, foi
35 lembrado o aniversário de membros do conselho: Lídia Lúcia, suplente da
36 cadeira de Cultura Afrodescendente, no dia 2 de novembro; Rosângela Alanís,



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

37 suplente da cadeira da SUFRAMA, no dia 27 de outubro; Pedro Cacheado, titular
38 da cadeira de Audiovisual, no dia 18 de outubro; e Vanderley Pinheiro, titular da
39 cadeira de Circo, no dia 1º de outubro, aos quais foram estendidos os parabéns.
40 A minuta da ata da 32ª reunião ordinária do CONEC, ocorrida no mês passado,
41 já foi encaminhada e está apta para aprovação. **O presidente** agradeceu ao
42 secretário-geral interino e parabenizou os aniversariantes. Em seguida,
43 questionou se os conselheiros (as) haviam recebido a minuta da ata para análise,
44 aguardando possíveis manifestações. Com a confirmação de que todos haviam
45 recebido o documento, perguntou se havia alguma correção a ser feita,
46 novamente aguardando manifestações. Não havendo manifestações contrárias,
47 declarou a ata aprovada e solicitou que a equipe de apoio fizesse sua publicação
48 no portal do CONEC. Também solicitou que as proposições ficassem suspensas
49 nesta reunião, em razão da quantidade de temas a serem abordados no dia. Não
50 havendo nenhuma proposição adicional, passou à ordem do dia. Questionou se
51 alguém tinha alguma proposição a acrescentar. Em seguida, informou que, na
52 pauta do dia, seriam abordados: a apresentação dos extratos da conta do Fundo
53 Estadual de Cultura (FEC), o status da verba da LPG para o Audiovisual, a
54 atualização dos editais que ainda não foram lançados e a revisão dos prazos de
55 inscrição em editais. Propôs uma alteração na ordem da pauta, sugerindo que a
56 revisão dos prazos de inscrição em editais fosse o primeiro item, seguido dos
57 demais pontos na sequência 4, 1, 2 e 3. Em seguida, perguntou se todos
58 concordavam com a sugestão. **A conselheira Jordania Galdino** manifestou sua
59 concordância com a proposta. Não havendo outras manifestações, **o presidente**
60 declarou a proposta aprovada. Em seguida, pediu um momento e, retomando,
61 anunciou o início da revisão dos prazos de inscrições em editais da Secretaria
62 Estadual de Cultura, geridos pelo Fundo Estadual de Cultura e pelo CONEC.
63 Informou que a moderação ficaria suspensa por 10 minutos para a discussão do
64 tema, ao final a proposta seria submetida à aprovação do plenário. Solicitou que
65 os acordos de reunião fossem rápidos e objetivos para otimizar o tempo. **O**
66 **presidente** concedeu 5 (cinco) minutos para que Anne Paiva fizesse uma
67 explanação sobre o trâmite necessário para o adiamento dos editais, cujo
68 encerramento estava previsto para o dia 17. **Anne Paiva**, após se deslocar para
69 um ambiente mais silencioso, explicou que o procedimento para o adiamento
70 seria o mesmo utilizado na última prorrogação dos editais. Esclareceu que, após
71 a votação, o conselho poderia decidir uma nova data para o adiamento dos
72 editais. Ela ressaltou que a intenção era tentar manter os prazos finais do edital,
73 mas a prorrogação exigiria ajustes, como a definição de um novo período, que
74 poderia ser de 15 ou 20 dias, o que implicaria também em um adiamento das
75 outras fases do processo. Em seguida, **o presidente** pediu mais
76 esclarecimentos, questionando se havia uma data limite que permitisse à equipe



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

77 se organizar em relação à tramitação do processo. **Anne Paiva** explicou que a
78 execução da PNAB 2023, que está sendo trabalhada, ainda precisará ser
79 prorrogada pelo Ministério da Cultura (MinC), para que seja possível concluir os
80 pagamentos até junho de 2025. Ela informou que o prazo final para os
81 pagamentos foi adiado para março de 2025, o que permitirá mais tempo para a
82 realização de todos os trâmites necessários. Continuou explicando que, caso a
83 prorrogação seja longa, a equipe pode enfrentar dificuldades para pagar os
84 cadastros reserva, o que poderia resultar na necessidade de devolver os
85 recursos. Por isso, ela sugeriu que a prorrogação não fosse por mais um mês,
86 mas sim por um período menor. Dessa forma, seria possível manter o período
87 de pagamento entre o meio de março, garantindo que os cadastros de reserva
88 pudessem ser chamados, já que sempre há casos em que alguns participantes
89 não conseguem apresentar a documentação completa a tempo. **O presidente**
90 pediu que Anne Paiva sugerisse uma nova data para a prorrogação. Anne
91 respondeu que, em sua opinião, um prazo de 15 dias seria adequado,
92 perguntando se os presentes concordavam com esse período. **Luciane Ituassú**
93 complementou que a projeção de data seria até o dia 30 de novembro. **Anne**
94 **Paiva**, então, confirmou a sugestão de prorrogação até o dia 30 de novembro. **O**
95 **presidente** esclareceu que, originalmente, a data proposta para a prorrogação
96 era o dia 30 de novembro, mas se fosse considerado um período de 15 dias, a
97 nova data seria até o dia 2 de dezembro. **Anne Paiva** confirmou que essa data
98 era viável para a equipe. **O presidente**, então, perguntou se alguém tinha outra
99 sugestão, e **Anne Paiva** respondeu que, por parte da equipe, não havia mais
100 nenhuma questão a ser levantada. **O conselheiro Bjarne Furtado**, após ouvir
101 a proposta, pediu um esclarecimento sobre o motivo da prorrogação dos editais,
102 mencionando que provavelmente havia perdido algum detalhe e solicitando que
103 fosse reiterado o motivo da alteração. **O presidente** começou a explicar que faria
104 uma breve explanação sobre o assunto, mas que acreditava que outros
105 participantes poderiam contribuir com mais detalhes. Ele então solicitou a
106 presença do ex-conselheiro Evaldo Barbosa para ajudar na discussão. **A**
107 **conselheira Jordania Galdino** explicou que foi ela quem levantou a pauta sobre
108 a prorrogação dos editais devido à situação da busca ativa no interior do estado,
109 que tem dificultado a participação dos artistas. Ela sugeriu que a prorrogação
110 fosse até o dia 2 de dezembro, em vez de 30 de novembro, para não
111 sobrecarregar as equipes envolvidas no processo. Ela também mencionou que
112 muitos artistas têm enfrentado dificuldades técnicas com a plataforma, o que tem
113 gerado reclamações, especialmente do setor de teatro. Ressaltou que a
114 sobrecarga da plataforma e a busca ativa no interior do estado contribuem para
115 a necessidade de mais tempo para garantir uma maior participação dos projetos,
116 incluindo aqueles provenientes do interior do Amazonas. Finalizou dizendo que

117 espera ter complementado adequadamente as informações para que a proposta
118 de prorrogação seja considerada. **O Conselheiro Vanderley** comentou que,
119 dentro da reunião, seria importante focar mais na praticidade e objetividade. Ele
120 fez essa observação de forma breve, apenas para constar. **O conselheiro Elson**
121 **Rocha** informou que acabou de chegar ao hotel em Itapiranga, explicou que a
122 situação estava sendo comparada à expressão "trocar o pneu do carro com o
123 carro andando", que o secretário Paulo sempre utiliza, e que era exatamente isso
124 o que estavam fazendo. Quando chegaram aos municípios, percebeu que, se
125 fosse feita uma escala de 1 a 100 sobre o nível de entendimento das pessoas
126 sobre projetos e o quanto estavam cadastradas no cadastro estadual de cultura,
127 ele estimava que apenas 10 ou 20 estariam adequadamente cadastrados, ou
128 seja, muitas fazendas de cultura estavam ficando de fora. A busca ativa estava
129 ajudando a trazer mais pessoas para o cadastro e também estava educando
130 muitas delas sobre como registrar seus projetos. O governo federal esta
131 prorrogando os prazos, era necessário que o Estado também fizesse o mesmo,
132 a fim de facilitar a vida dos artistas, que já enfrentaram a pandemia, a cheia e
133 agora estavam lidando com a vazante. Além disso, destacou que esperava que,
134 dentro do novo prazo, a equipe de TI pudesse melhorar a plataforma. Mencionou
135 que havia recebido várias reclamações de artistas de todo o Brasil, que relataram
136 dificuldades em cadastrar seus projetos. Eles passavam de 2 a 3 horas na frente
137 do computador e, quando conseguiam salvar, o sistema não registrava as
138 informações. Também contou que, em seu caso, se precisasse abrir o edital
139 rapidamente para conferir algo, ao voltar, o sistema não havia salvo nada. Ele
140 mencionou que, por conta disso, 100% dos conselheiros estavam solicitando que
141 a plataforma tivesse um botão de "salvar" para garantir que as informações não
142 se perdessem, o que facilitaria muito o processo para os artistas. Destacou que,
143 até o momento, ainda não foi implementado o botão de "salvar" tanto no cadastro
144 estadual quanto no cadastro de projetos. Ele explicou que essa falha continua a
145 gerar dificuldades para os usuários, pois a plataforma acaba ficando
146 sobrecarregada e não consegue processar as informações corretamente.
147 Segundo ele, esse problema tem sido adiado, o que contribui para a lentidão do
148 sistema e a incapacidade de resolver os problemas. Além disso, mencionou que
149 foram criados dois novos campos no cadastro estadual, o que tornou a
150 plataforma ainda mais difícil de navegar. Ele comentou que o cadastro já era
151 complicado, e agora, com a introdução de duas páginas adicionais, os usuários
152 enfrentam mais desafios. As novas folhas exigem o preenchimento de
153 informações que, anteriormente, poderiam ser incluídas em uma única página.
154 Quando os usuários tentam enviar o formulário, eles descobrem que uma
155 segunda página, que trata de informações sobre professores e profissionais,
156 está faltando. Ele ressaltou que, embora já haja dificuldades para pessoas da

157 capital, essas questões são ainda mais problemáticas para aqueles que vivem
158 no interior. **O conselheiro André Durand** iniciou sua fala relatando que estava
159 a caminho de Tefé, a bordo de uma lancha, que estava mais lenta do que as
160 outras. Ele compartilhou a importância da prorrogação dos editais, destacando
161 que a verba destinada aos projetos culturais não pertence ao estado, ao governo,
162 nem a vereadores ou deputados, mas sim aos fazedores de cultura. André
163 enfatizou que, ao estar no local e presenciar as dificuldades enfrentadas por
164 esses fazedores de cultura, ele percebeu a necessidade urgente de apoio. Ele
165 destacou a dificuldade das pessoas em manusear computadores e navegar nas
166 plataformas online. Para resolver isso, André sugeriu que fosse disponibilizado
167 um material impresso que as pessoas pudessem preencher. Além disso, sugeriu
168 que, caso não tivessem acesso direto à internet, elas pudessem procurar uma
169 Lan house para digitalizar seus documentos e transformá-los em PDFs para
170 envio. Também apontou um problema recorrente no sistema de cadastro, onde
171 se o usuário não enviasse tudo corretamente de primeira, teria que recomeçar o
172 processo, perdendo tempo valioso. Ele relatou que essa situação foi observada
173 diretamente no local. Por fim, fez um apelo aos conselheiros do poder público e
174 à sociedade civil, pedindo que todos votassem a favor da prorrogação dos prazos
175 até o final de novembro ou 2 de dezembro, conforme sugerido por Jordânia, uma
176 vez que o pagamento dos projetos só se iniciaria no ano seguinte. **Luciane**
177 **Ituassú** destacou a relevância da prorrogação dos prazos dos editais. Ela
178 afirmou que o objetivo da prorrogação é muito positivo, pois amplia a
179 oportunidade de alcançar mais pessoas, permitindo que um maior número de
180 fazedores de cultura participe dos processos. Fez uma observação importante
181 em relação às datas: destacou que o mês de novembro vai até o dia 30, e,
182 considerando as sugestões levantadas pelos conselheiros, a prorrogação
183 poderia se estender entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro. Luciane
184 lembrou que o dia 30 de novembro será um sábado, enquanto o dia 2 de
185 dezembro será uma segunda-feira, o que precisa ser levado em conta na
186 organização da prorrogação. Ressaltou que considera a prorrogação uma
187 medida prudente, uma vez que o processo de busca ativa está trazendo um
188 retorno valioso, especialmente no que diz respeito à realidade das regiões do
189 interior do estado. No entanto, ela fez questão de frisar que, embora a
190 prorrogação seja válida, o limite da prorrogação seria o dia 2 de dezembro.
191 Segundo ela, após essa data, não haveria mais viabilidade para continuar com
192 o processo de prorrogação. Explicou que o recurso destinado à execução dos
193 editais é vinculado ao orçamento de 2023, o que significa que a execução desse
194 recurso precisa ocorrer dentro deste ano fiscal. Caso a prorrogação se
195 estendesse além de dezembro, ela destacou que seria inviável dar continuidade
196 ao processo, pois o pagamento e a execução dos projetos contemplados em



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

197 2023 precisariam ser realizados dentro do ano fiscal. Também enfatizou que o
198 Ministério da Cultura ainda está realizando estudos para melhorar a situação de
199 execução de recursos nos estados. A previsão é que o recurso de 2024 (PNAB
200 2024) seja recebido entre dezembro de 2024 e janeiro de 2025, mas esse
201 cronograma ainda não foi confirmado oficialmente. Ela explicou que, em relação
202 ao orçamento de 2025, ele está previsto para ser disponibilizado em maio de
203 2025, o que cria uma situação desafiadora para os responsáveis pela execução
204 dos recursos. Mencionou que o processo de execução dos recursos, aliado à
205 necessidade de convocar trabalhadores e proponentes para as frentes de
206 trabalho, torna o cenário desafiador. Isso ocorre, segundo ela, porque será
207 necessário lidar com os pagamentos e a execução de projetos de diferentes anos
208 (2023, 2024 e 2025) ao mesmo tempo, o que pode gerar dificuldades logísticas
209 e administrativas, além de prejudicar a fluidez do processo. Embora a
210 disponibilidade orçamentária e financeira seja algo positivo, é importante
211 considerar as limitações e os riscos de prejudicar os proponentes com uma
212 execução apressada ou mal planejada. Assim, ela recomendou que a
213 prorrogação dos prazos dos editais não se estendesse além do dia 2 de
214 dezembro, para garantir que o processo fosse viável e eficiente. **O conselheiro**
215 **Ludimar Kokama** iniciou sua fala, dizendo que estava falando do meio do Rio
216 Negro. Ele então abordou a questão da prorrogação, destacando que, na última
217 prorrogação que houve, o prazo original seria até o dia 30 de novembro, mas,
218 quando foi publicado, foi estipulado até o dia 17 de novembro. Ele ressaltou que
219 isso foi o que foi discutido e decidido na reunião anterior. Explicou a necessidade
220 dessa nova prorrogação, afirmando que, ao chegar nos municípios, percebeu
221 que muitas localidades ainda não possuem informações sobre a PNAB (Política
222 Nacional de Apoio à Cultura). Ele mencionou que, em sua chegada a São
223 Gabriel, os fazedores de cultura com quem conversou relataram que começaram
224 a ouvir falar da PNAB somente durante esta semana de mobilização para as
225 oficinas. Ele compartilhou que a equipe, que estava trabalhando na busca ativa
226 no Rio Negro, deveria terminar esse processo no município de Barcelos entre os
227 dias 15 e 16 de novembro. Indicou que um único dia seria muito curto para que
228 as pessoas participassem das formações e encaminhassem seus projetos, o que
229 reforça a necessidade de prorrogação dos prazos. Também comentou sobre o
230 atraso na execução do processo, explicando que, embora a busca ativa tivesse
231 previsão para começar em julho ou agosto, acabou sendo atrasada. No entanto,
232 ele expressou esperança de que, no ano seguinte, o calendário possa ser
233 cumprido adequadamente. Para isso, ele destacou que seria importante iniciar
234 os trabalhos na data certa, sem a necessidade de novas alterações. Concluiu
235 sua fala agradecendo e reforçando a importância da prorrogação. **O conselheiro**
236 **Maick Soares** iniciou sua fala agradecendo pelos dias de aprendizado e pela



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

237 troca de conhecimentos, destacando a importância do compartilhamento de
238 experiências durante o encontro. Ele então reforçou o pedido de prorrogação,
239 mencionando que já havia discutido o assunto com o secretário geral e o
240 presidente interino, além de outros membros da equipe. Ele expressou sua
241 convicção de que as ações de busca ativa têm sido muito relevantes e
242 importantes, sendo um processo que precisa de mais atenção e paciência,
243 principalmente nas regiões mais afastadas, como o interior do estado. Destacou
244 que a dificuldade em relação aos prazos tem sido um desafio, já que existe uma
245 grande quantidade de recursos disponíveis para serem investidos, mas o tempo
246 está apertado para utilizar esse dinheiro da maneira mais eficiente. Também
247 reconheceu a complexidade da administração e os desafios que a Secretaria
248 enfrenta, mas reafirmou o que Ludimar e os outros conselheiros já haviam
249 mencionado, que a prorrogação é essencial. Esse é um momento crucial para
250 informar e sensibilizar as pessoas sobre a importância dos editais,
251 especialmente considerando o contexto específico da Amazônia, onde os fatores
252 regionais podem complicar a execução de certos processos. Ele comentou ainda
253 sobre os problemas enfrentados, como a recente estiagem e as queimadas, que
254 dificultaram a chegada das informações nas comunidades e impactaram a
255 capacidade de muitos fazendeiros de cultura se atualizarem e se integrarem ao
256 processo. A partir disso, ele concluiu que, mesmo que a prorrogação seja feita
257 até o final do mês, ainda seria um tempo curto, e sugeriu que o prazo fosse
258 estendido para além do dia 30 de novembro, dado o trabalho contínuo de busca
259 ativa e as condições excepcionais que o estado enfrenta no momento. Finalizou
260 pedindo que o prazo fosse alongado um pouco mais, pois acreditava que o prazo
261 original não seria suficiente para dar conta das dificuldades enfrentadas,
262 especialmente no interior do estado. Ele agradeceu a atenção e encerrou sua
263 participação. **O presidente** esclareceu que havia duas propostas sobre a
264 prorrogação, com dois limites para a data de entrega: o dia 30 de novembro e o
265 dia 2 de dezembro. Ele explicou que essas eram as opções em discussão e, em
266 seguida, pediu para que fosse realizada a votação para decidir qual seria o prazo
267 final. **O conselheiro André Durand** pediu esclarecimentos sobre uma terceira
268 proposta para a prorrogação, sugerindo que fosse considerada uma nova data.
269 **O presidente** pediu que a Maick Soares esclarecesse essa possibilidade. Em
270 seguida, **o conselheiro Maick Soares** sugeriu que, ao invés dos dias 30 de
271 novembro ou 2 de dezembro, fosse concedida uma prorrogação adicional de
272 pelo menos uma semana. **Luciane Ituassú** então interveio, indicando que uma
273 prorrogação de mais uma semana representaria um novo prazo até o dia 24 de
274 novembro. **O Conselheiro Vanderley Pinheiro** questionou se uma prorrogação
275 de uma semana adicional, conforme sugerido por Maick Soares, impactaria
276 alguma das questões mencionadas pela Assessoria de Políticas Culturais. **O**



277 **conselheiro Maick Soares** respondeu que não, é uma semana após o dia 9 de
278 dezembro. **O presidente** perguntou se a manutenção da proposta até o dia 9 de
279 dezembro afetaria significativamente as questões em andamento, direcionando
280 a pergunta para a Assessoria de Políticas Culturais. **Luciane Ituassú** respondeu
281 que a proposta de prorrogação até o dia 9 de dezembro, explicando que, de
282 forma geral, esse prazo não interferiria significativamente no calendário já
283 estabelecido. Ela mencionou que algumas datas de fases subsequentes
284 poderiam ser ajustadas para mais tarde, mas que o pagamento dos recursos já
285 estava previsto para março de 2025, o que não acarretaria grandes mudanças
286 no cronograma. Também observou que, embora preferisse não abordar o
287 assunto, sentiu que a proposta do conselheiro Maick Soares sobre o prazo de 9
288 de dezembro estava alinhada com a prorrogação da execução da busca ativa,
289 perguntando se essa era a intenção do conselheiro Maick. **O conselheiro Maick**
290 **Soares** confirmou que a prorrogação até o dia 9 de dezembro também ajudaria
291 a dar mais tempo para tudo. **Luciane Ituassú** esclareceu que, no momento, não
292 era possível confirmar a prorrogação da execução da busca ativa, pois o
293 levantamento dos custos operacionais ainda estava sendo realizado. Destacou
294 que, embora existam dificuldades em quantificar os municípios que poderiam ser
295 atendidos até essa nova data, uma possível prorrogação até o dia 9 de dezembro
296 permitiria dar continuidade à busca ativa. Mencionou também que alguns
297 municípios, como Humaitá e Maués, haviam solicitado inclusão na busca ativa,
298 com propostas de realizar ações online, caso o tempo de execução fosse
299 ampliado. No entanto, o município de Iranduba teve sua participação cancelada
300 devido a falta de estrutura da equipe local. Enfatizou que, apesar de não poder
301 quantificar o número exato de municípios atendidos até a nova data proposta, o
302 levantamento orçamentário ainda estava em andamento. Após encerrar as
303 discussões sobre a prorrogação dos editais, **o presidente** colocou em votação
304 uma única proposta, que era a prorrogação até o dia 9 de dezembro de 2024.
305 Ele solicitou que os participantes levantassem as mãos para expressar
306 concordância ou discordância. Com a aprovação da proposta, a prorrogação foi
307 oficializada até essa data. Após a votação, anunciou que a pauta seguiria, e
308 pediu um minuto para proceder com o próximo item. **Anne Paiva perguntou se**
309 a prorrogação foi definida até o dia 9 de dezembro de 2024, conforme foi
310 proposto pelo conselheiro Maick Soares. **O presidente**, então, validou essa
311 decisão, verificando que a proposta estava corretamente registrada, e a
312 produção confirmou que a informação estava correta. **Anne Paiva** confirmou
313 que, na próxima semana, a prorrogação será feita, e avisou que informariam a
314 todos antes de divulgar oficialmente. **O presidente** concordou. sugeriu a
315 necessidade de intensificar a comunicação sobre as dificuldades de produção
316 na Amazônia, destacando o fator amazônico como um tema importante. Ele fez

317 uma analogia, dizendo que agora seria possível escrever uma tese sobre o
318 conhecimento de causa. Depois, agradeceu a todos e passou para a próxima
319 pauta, que seria a apresentação do extrato da conta do Fundo Estadual de
320 Cultura (FEC). Em seguida, ele sugeriu uma pausa de 15 minutos para as
321 apresentações. **Luciane Ituassú** informou que acabou de lançar o edital para o
322 Audiovisual, utilizando recursos remanescentes da LPG. Ela perguntou se todos
323 estavam de acordo. **O presidente** pediu para dr^a Luciane Ituassú repetir a
324 informação sobre o lançamento do edital Audiovisual, pois ele não tinha ouvido
325 direito. **Luciane Ituassú** então confirmou que abriram as inscrições para o edital,
326 utilizando recursos remanescentes da LPG. **O presidente** agradeceu e solicitou
327 que encaminhassem mais informações sobre o edital para o Conselho o mais
328 rápido possível. Ele também pediu para que a dr^a Luciane seguisse com a pauta.
329 **O presidente** sugeriu que a Assessoria de Políticas Culturais enviasse os
330 documentos também no plenário, caso alguém estivesse tendo dificuldade para
331 acessá-los. Isso foi para garantir que todos tivessem acesso às informações
332 necessárias.

Descrição	Valor (BRL)	Observação
Saldo atual do edital Audiovisual	2.737.022,30	Saldo disponível no edital Audiovisual, que está com inscrições abertas.
Devolução de proponente (não executou o projeto)	13.200,00	Valor devolvido por proponente que não executou e será registrado como "restos a pagar" (RAP).
Pagamento de mestre (problema bancário)	20.000,00	Pagamento de mestre foi devolvido por erro na conta bancária e está sendo regularizado.
Desclassificação de proponentes (documentação)	0,00	Quatro proponentes desclassificados por entrega intempestiva de documentação.
Valor a ser devolvido devido a desclassificação	4.000,00	Valor restante após desclassificação dos proponentes e encerramento do exercício financeiro.
Valor total a ser devolvido ao Ministério da Cultura	17.200,00	Soma de R\$ 13.200,00 e R\$ 4.000,00 que será devolvida devido à impossibilidade de execução.

333 **O presidente** fez uma correção, mencionando que os valores deveriam ser
334 devolvidos ao Fundo Nacional de Cultura, pois o repasse foi feito pelo Ministério
335 da Cultura. Luciane Ituassú confirmou a informação, explicando que o valor seria,
336 de fato, devolvido ao Ministério. **Luciane Ituassú** informou que o saldo atual do

337 edital Audiovisual, que estava abrindo inscrições naquele momento, era de R\$
338 2.737.022,30. Esse valor seria ajustado de acordo com as contemplações feitas
339 no edital. Por fim, anunciou que fecharia essa seção e abriria um novo tópico
340 que é a atualização sobre a PNAB. Informou que o saldo atual da conta da PNAB
341 é de R\$ 40.889.820,29. No entanto, explicou que esse valor já sofreu algumas
342 subtrações, relacionadas ao pagamento das ações de busca ativa que estão
343 sendo realizadas. Ressaltou que, devido ao final do exercício financeiro, esse
344 saldo não pode ser considerado definitivo, já que ainda será abatido o restante
345 das folhas de pagamento da busca ativa, bem como os valores de hospedagem
346 e passagens. Portanto, o saldo informado não é real, pois será ajustado para um
347 valor menor. Esclareceu que, embora ainda não seja possível fornecer o saldo
348 exato, já que a busca ativa ainda não foi finalizada, há um montante disponível,
349 o qual inclui todos os editais. À medida que os editais forem sendo executados,
350 o saldo será ajustado e atualizado. **O conselheiro André Durand** fez uma
351 sugestão para o presidente de que o extrato financeiro fosse encaminhado por
352 meio de memorando, através do departamento financeiro da Secretaria, para
353 garantir que as informações fossem mais palpáveis e acessíveis. Ele também
354 propôs que fosse redigida e assinada uma carta por todos os conselheiros, a ser
355 enviada ao Ministério da Cultura. A carta deveria citar o fator amazônico e
356 considerar os impactos causados pelo sinistro ocorrido no Rio Grande do Sul.
357 Destacou ainda os desafios específicos da região, mencionando a falta de
358 estradas adequadas, os rios intransitáveis e as dificuldades logísticas
359 enfrentadas pela população. Ele expressou estranheza em relação ao fato de
360 uma empresa não reconhecer essas situações, mesmo estando na área. Por fim,
361 ele sugeriu que o grupo visitasse Humaitá, uma cidade próxima, para reforçar a
362 importância da busca ativa e garantir que a abordagem tenha um olhar mais
363 humano, especialmente para os fazedores de cultura do interior, que muitas
364 vezes enfrentam dificuldades em acessar as políticas culturais. **O presidente**
365 agradeceu a fala do conselheiro André Durand, destacando a importância do seu
366 posicionamento. Em seguida, solicitou que a administração providenciasse o ato
367 administrativo para formalizar a solicitação dos extratos financeiros, incluindo os
368 relatórios detalhados apresentados pela dr^a Luciane Ituassú, com o objetivo de
369 garantir que esses documentos fiquem registrados. Ele enfatizou que, ao ter
370 esses documentos formalizados, seria possível manter uma memória da última
371 reunião e facilitar as atualizações futuras, caso necessário. Por fim, pediu que
372 Symone Farias e Jennifer Balbi anotassem a solicitação, questionando se
373 alguém se opunha à proposta, mas não houve oposição. **O presidente**
374 agradeceu e sugeriu que a reunião seguisse com a pauta. Em seguida, informou
375 que retiraria o item sobre o edital de Audiovisual da discussão, já que o edital
376 estava em andamento e disponível. Ele mencionou que havia a intenção de dar



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

377 uma pressão sobre o assunto, mas como o edital já havia sido lançado, a
378 questão não precisava mais ser debatida. Finalmente, questionou se alguém se
379 opunha à retirada do item da pauta, mas não houve oposição. **Luciane Ituassú**
380 informou que as inscrições para o edital de Audiovisual estão abertas a partir de
381 hoje e vão até o dia 24 de novembro. **O presidente** propôs uma prorrogação do
382 edital de Audiovisual até o dia 30 de novembro, sugerindo que a proposta seja
383 votada. **Luciane Ituassú** explicou que, devido a exigências legais relacionadas
384 à Lei Paulo Gustavo, não é possível prorrogar o prazo do edital de Audiovisual,
385 que está com inscrição aberta até 24 de novembro. Ela mencionou que o prazo
386 já foi estendido ao máximo possível, considerando as necessidades de execução
387 junto aos órgãos financeiros do estado. Ela destacou que, infelizmente, não há
388 condições para prorrogação adicional. Em resposta, o presidente retirou sua
389 proposta de prorrogação. **O conselheiro André Durand** expressou que gostaria
390 que Pedro Cacheado mantivesse a proposta de prorrogação, enfatizando a
391 importância de sua atuação no setor de Audiovisual. Ele mencionou que,
392 conforme sua lembrança, os recursos da Lei Paulo Gustavo de 2023 têm até
393 2025 para serem executados. Acrescentou que queria deixar seu comentário
394 registrado para consideração. Fez um questionamento sobre a dinâmica de
395 poder na discussão, perguntando quem teria mais peso: o Conselho ou a
396 Assessoria de Políticas Culturais. Ele sugeriu que isso fosse uma questão a ser
397 ponderada no futuro, reiterando uma proposta que ele sempre defendeu: a de
398 contar com uma assessoria jurídica para dar suporte aos conselheiros.
399 Expressou preocupação com a situação em que o Conselho propõe medidas e
400 a Assessoria de Políticas Culturais decide não acatar, sem levar em
401 consideração um plano ou o contexto amazônico que impacta a região
402 atualmente. **O presidente** respondeu ao conselheiro André Durand,
403 reconhecendo e elogiando as ponderações inteligentes que ele apresentou.
404 Explicou que o recurso financeiro destinado aos fazedores de cultura será
405 executado imediatamente, de forma que o dinheiro estará disponível para eles,
406 embora a entrega final do trabalho tenha um prazo de dois anos. Ele agradeceu
407 a defesa que André fez e reiterou que, apesar disso, não há condições de colocar
408 outra proposta em pauta, pois os fazedores de cultura já estão preparados para
409 o edital atual. Reforçou a importância de se colocar no lugar da Assessoria de
410 Políticas Culturais, que opera com uma equipe reduzida e com limitações em
411 relação ao número de funcionários. Ele solicitou sensibilidade do Conselho em
412 relação aos trabalhadores da cultura e destacou que, para atingir a qualidade
413 desejada, é fundamental ouvir a assessoria, que foi criada justamente para
414 auxiliar o Conselho. **Luciane Ituassú** expressou que algumas falas no plenário
415 trouxeram certo pesar, pois a proposta da assessoria não é contrapor ou
416 desconsiderar as decisões do Conselho, mas sim oferecer orientações e

417 fornecer informações relevantes, considerando a falta de expertise em alguns
418 dos procedimentos administrativos da administração pública. Ela reforçou que a
419 assessoria foi criada para colaborar e construir conjuntamente com o Conselho.
420 Ao esclarecer sobre a impossibilidade de prorrogação do edital da Lei Paulo
421 Gustavo, explicou que a execução da lei envolve um processo que inclui o
422 empenho, a liquidação e o pagamento aos fazedores culturais. Esse prazo,
423 conforme apontado, já foi prorrogado anteriormente pelo Ministério da Cultura e
424 agora precisa ser respeitado, sob o risco de o recurso ser devolvido ao ministério.
425 Ela ressaltou que, ao contrário da PNAB, a LPG possui uma finalidade distinta e
426 um prazo de execução restrito, com o qual todos os estados precisam se alinhar,
427 salvo possíveis exceções como o Rio Grande do Sul. Essa exigência não é uma
428 imposição da assessoria, mas uma questão de conformidade com uma política
429 nacional que deve ser seguida pelos estados e municípios. Ela finalizou pedindo
430 que, nas próximas discussões, as tratativas sejam adotadas com mais clareza,
431 evitando interpretações equivocadas e respeitando a contribuição oferecida pela
432 assessoria. **A conselheira Jordania Galdino** compartilhou sua opinião sobre o
433 contexto de trabalho e as recentes discussões no conselho. Ela enfatizou que
434 não percebeu nenhuma fala ofensiva por parte do conselheiro André Durand e
435 pediu que todos mantenham uma atitude ponderada e empática. Reconheceu o
436 cansaço que muitos enfrentam, tanto no conselho quanto em outras atividades
437 profissionais, e a importância de considerar as dificuldades de todos os
438 envolvidos. Ela também ressaltou a necessidade de empatia para com a equipe
439 da Assessoria de Políticas Culturais, mencionando que muitos estão
440 sobrecarregados devido à equipe reduzida. Ao solicitar prorrogações e ajustes
441 de prazos, a intenção é apoiar os fazedores de cultura, que enfrentam obstáculos
442 como problemas de internet e dificuldades na plataforma. Sugeriu que a situação
443 do Amazonas, com seus desafios logísticos e características específicas, fosse
444 levada aos conselhos nacionais para uma compreensão mais ampla e
445 contextualizada das necessidades regionais. Além disso, ela propôs que a
446 assessoria e os conselheiros tentem unir esforços e, se necessário, até mesmo
447 realizar reuniões em horários alternativos, como aos finais de semana, para
448 evitar sobrecarga e facilitar o cumprimento das metas. Destacou a importância
449 de manter as agendas organizadas para alcançar os objetivos do conselho e
450 agradeceu a todos, reconhecendo o esforço coletivo na busca por soluções. **O**
451 **conselheiro Bjarne Furtado** destacou a importância do trabalho de todos os
452 membros do conselho, reconhecendo o esforço e a dedicação de cada um. Ele
453 mencionou que, embora momentos de tensão sejam inevitáveis, é essencial que
454 eles sejam superados rapidamente, dado o valor do trabalho que o conselho
455 realiza para a região, especialmente considerando as particularidades e os
456 desafios do contexto amazônico. Enfatizou que os prazos para a aplicação dos



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

457 recursos e a prestação de contas criam pressões adicionais, mas que essas
458 questões são parte do processo contínuo de trabalho do conselho. Ele também
459 ressaltou a importância do apoio da Dra. Luciane e da Dra. Anne, que têm sido
460 fundamentais em orientar o grupo nas exigências e especificidades
461 administrativas do Estado. Ele sugeriu que, nas próximas discussões, os
462 conselheiros considerem com cautela o impacto de suas falas para evitar
463 aumentar a tensão. Aproveitou para informar que precisaria se ausentar da
464 reunião para uma consulta médica de retorno, mencionando que ainda estava
465 em licença médica. Ele agradeceu a todos pela compreensão e se colocou à
466 disposição para colaborar com o conselho conforme necessário. **Anne Paiva**
467 compartilhou uma atualização diretamente do Fórum dos Secretários de Cultura
468 em Salvador, onde acompanha o Secretário Cândido e teve a oportunidade de
469 dialogar com o Ministério da Cultura (MinC). Ela destacou que o Amazonas está
470 entre os estados mais avançados na execução da Lei Paulo Gustavo, com
471 aproximadamente 90% dos recursos já repassados aos entes. Ela explicou que,
472 conforme exposto pelo MinC, não haverá uma prorrogação para a execução da
473 LPG, pois o avanço nos repasses demonstra que muitos estados estão
474 conseguindo cumprir os prazos estabelecidos. A decisão reflete uma posição do
475 MinC de que, diante da porcentagem significativa de recursos já distribuídos, não
476 se faz necessário estender o prazo. Anne também reconheceu as dificuldades
477 específicas que o Amazonas enfrenta devido às suas condições geográficas e
478 ao "fator amazônico", o que gera desafios únicos de mobilização e execução. No
479 entanto, ela observou que essas questões muitas vezes não são consideradas
480 nas políticas públicas federais, e todos os estados acabam sendo tratados de
481 forma igual, independentemente das particularidades regionais. Apesar de
482 reconhecer a frustração que isso possa gerar, parabenizou os conselheiros pelas
483 iniciativas que vêm realizando e agradeceu pelo esforço contínuo. **O**
484 **conselheiro Vanderley** Pinheiro, ao notar a ausência do presidente na reunião,
485 sugeriu que ele e Jordânia assumissem a condução do encontro. **Luciane**
486 **Ituassú** Luciane Ituassú iniciou a fala dizendo que seguiria a ordem dos tópicos
487 conforme estavam organizados na reunião. Ela mencionou que a apresentação
488 dos extratos da conta do fundo já havia sido feita, assim como a situação da
489 verba da LPG para o Audiovisual. Também foi realizada a revisão dos prazos
490 para inscrições digitais. A única pauta pendente era a atualização sobre os
491 editais que ainda não haviam sido lançados. Informou que os novos editais serão
492 lançados após o término das inscrições dos editais de fomento, pois esses
493 editais mais específicos exigem uma atenção diferenciada. Embora o desejo de
494 beneficiar os fazedores culturais seja grande, a Assessoria ressaltou que é
495 importante entender que "também somos cultura viva" e que é necessário ter um
496 equilíbrio nas ações. Em seguida, **o Conselheiro Vanderley pinheiro** reforçou



AMAZONAS

GOVERNO DO ESTADO

497 a importância do conceito de "Cultura Viva". A ASPC complementou a discussão
498 citando temas como Pontões, Pesquisa e Memória, e Espaços Culturais,
499 lembrando que, embora o objetivo seja beneficiar os fazedores culturais com
500 mais oportunidades, é preciso ter cuidado para não gerar confusão entre eles,
501 especialmente com a quantidade de editais em circulação, como os municipais
502 e estaduais. A proposta foi que as inscrições para os novos editais sejam abertas
503 apenas após o término das inscrições dos editais de fomento, para garantir que
504 os fazedores de cultura possam se concentrar em viabilizar seus projetos sem
505 sobrecarga. Além disso, foi enfatizado que os novos editais são mais complexos
506 e exigem mais detalhamento, o que justifica a necessidade de um processo mais
507 cuidadoso. **A conselheira Jordânia Galdino** disse que não tinha nada a
508 acrescentar no momento. Em seguida, ela perguntou se mais alguém gostaria
509 de se pronunciar. **O Conselheiro Vanderley** Pinheiro também fez um
510 questionamento, perguntando se os conselheiros ainda estavam presentes e se
511 desejavam se manifestar sobre a pauta. **O conselheiro André Durand** informou
512 que não havia conseguido ouvir completamente a fala da doutora Luciane devido
513 a algumas interrupções. Ele pediu, então, que a doutora Luciane repetisse o que
514 havia dito, especificamente sobre os editais, e aproveitou para fazer um
515 questionamento relacionado aos editais de "ponto e pontão de cultura", já que
516 ela havia mencionado algo sobre isso, mas a fala dela foi cortada antes de ele
517 conseguir compreender totalmente. **Luciane Ituassú** iniciou sua explicação
518 destacando que, atualmente, a Assessoria de Políticas Culturais tem 12 editais
519 da PNAB abertos. Além desses, ela informou que ainda há 4 (quatro) outros
520 editais previstos para lançamento, que envolvem áreas como "pontos e pontões
521 de cultura", "pesquisa e memória", e "espaços culturais". Esses editais serão
522 voltados ao fomento cultural, com o objetivo de apoiar essas iniciativas culturais
523 no estado. Também explicou que, em relação a esses quatro editais a serem
524 lançados, a Assessoria propôs que as inscrições para eles sejam abertas
525 somente após o término do prazo de inscrições dos editais de fomento. A razão
526 para isso, conforme explicou, é evitar confusão para os fazedores culturais. Ela
527 reconheceu que muitas pessoas estão atualmente concentradas na execução
528 da LPG, PNAB e nas inscrições para os editais de fomento já em andamento.
529 Portanto, abrir as inscrições para os novos editais enquanto os outros ainda
530 estão em andamento poderia sobrecarregar os fazedores culturais, dificultando
531 o acesso a todas as oportunidades. Também fez questão de enfatizar a
532 importância de agir com zelo e cautela ao lidar com o acesso e as informações
533 sobre esses editais, pois, conforme ela observou, os novos editais possuem uma
534 complexidade maior em comparação aos editais de fomento já abertos. Esse
535 cuidado é necessário para garantir que os fazedores culturais não se sintam
536 confusos ou sobrecarregados ao tentar conciliar diversas inscrições ao mesmo

537 tempo. Por fim, ela reafirmou que a proposta da Assessoria é lançar esses quatro
538 editais após o término dos prazos dos editais de fomento, permitindo que as
539 inscrições para os novos editais sejam abertas com um intervalo adequado, sem
540 prejudicar os fazedores culturais, e garantindo que eles possam participar de
541 todas as oportunidades sem comprometer a qualidade de suas inscrições devido
542 à complexidade dos editais em questão. **O conselheiro André Durand**, em sua
543 intervenção, perguntou à doutora Luciane se a sugestão da Assessoria seria, de
544 fato, que as inscrições para os novos editais de fomento fossem abertas após a
545 prorrogação dos prazos dos editais em andamento, a fim de garantir uma melhor
546 atenção para esses novos editais e evitar possíveis desencontros de
547 informações para os fazedores culturais. **Luciane Ituassú** explicou que,
548 considerando a prorrogação até o dia 9 de dezembro, a Assessoria de Políticas
549 Culturais ainda tem até essa data para continuar auxiliando os fazedores
550 culturais, seja de forma presencial ou híbrida, no que se refere aos editais de
551 fomento. Ela ressaltou que, após esse prazo, a proposta é lançar e abrir as
552 inscrições dos 4 editais restantes, que são mais complexos, garantindo que os
553 fazedores culturais tenham um direcionamento mais claro e específico para
554 esses novos editais, evitando qualquer confusão ou sobrecarga de informações.
555 **O conselheiro André Durand** sugeriu à Assessoria de Políticas Culturais e ao
556 conselheiro Vanderley Pinheiro, que condensassem as informações sobre os
557 municípios que possuem mais de 360.000 habitantes e que, portanto, são
558 obrigados a executar os Pontos e Pontões de Cultura. Ele mencionou que essa
559 informação seria útil para o confronto de dados, especialmente quando se tratar
560 desses locais específicos, para garantir que todos os envolvidos possam
561 acompanhar de forma precisa a execução dos projetos e editais nesses lugares.
562 **Anne Paiva** sugeriu uma forma de facilitar o acesso às informações sobre os
563 municípios que realizam o Cultura Viva no estado. Ela mencionou que o
564 Ministério da Cultura (MinC) disponibiliza essa informação no seu site, incluindo
565 a lista de municípios envolvidos nesse programa. Anne se comprometeu a pegar
566 os dados diretamente do site do MinC e encaminhar o link para o grupo da
567 plenária no WhatsApp, garantindo que todos os membros tenham acesso à lista
568 relevante. **O conselheiro André Durand** levantou uma dúvida sobre os pontos
569 e pontões de cultura que estão em análise no Ministério. Ele questionou a
570 orientação para aqueles que já subiram suas informações para a plataforma,
571 mas ainda estão aguardando a aprovação. A preocupação é sobre o processo
572 de inscrição desses pontos e pontões de cultura. Ele perguntou se a orientação
573 seria que esses inscritos só sejam aceitos quando tiverem a confirmação oficial,
574 como a chancela ou o print do e-mail, será aceito. **Anne Paiva** explicou que, nos
575 editais, não há uma exigência para que o ponto de cultura já esteja pré-
576 cadastrado no Ministério da Cultura (MinC). Ela esclareceu que os editais

577 estaduais e municipais funcionam como um pré-cadastro, permitindo que o ponto
578 de cultura participe sem a necessidade de ser reconhecido oficialmente pelo
579 MinC no momento da inscrição. Portanto, a inscrição nos editais pode ocorrer
580 independentemente dessa formalização pelo MinC. **Luciane Ituassú**
581 compartilhou que o Ministério da Cultura orienta a não incentivar, neste
582 momento, que os pontos de cultura busquem a certificação nacional. Isso ocorre
583 devido à demanda já existente no Ministério, que possui uma estrutura pequena
584 e enfrenta um atraso de mais de três meses na análise das solicitações. Essa foi
585 a última informação repassada pela pasta, mas não sabe como está a situação
586 atualmente. **O conselheiro André Durand** questionou a metodologia que será
587 utilizada para a inscrição dos pontos de cultura e pontões. Ele perguntou
588 especificamente como o processo será conduzido, caso esses pontos se
589 inscrevam como um ponto de Cultura ou como pontão. **Anne Paiva** explicou que
590 as minutas dos editais, incluindo os de Pontos e Pontões de Cultura, espaços
591 culturais e pesquisa, já estão disponíveis no site da Secretaria de Cultura. No
592 entanto, essas minutas são apenas os rascunhos que foram enviados para
593 consulta pública. Ela destacou que os critérios de avaliação desses pontos e
594 pontões já estão definidos nessas minutas. Esses editais foram elaborados com
595 base nas minutas padrão fornecidas pelo Ministério da Cultura (MinC), as quais
596 seguem as diretrizes e legislações federais sobre a cultura viva. Ressaltou que,
597 embora as minutas estejam em consulta pública, elas sofrerão poucas
598 modificações, já que foram aprovadas em grande parte pelo MinC. **O**
599 **conselheiro André Durand** perguntou sobre os espaços culturais,
600 especificamente sobre a questão do valor que está descrito no edital, onde se
601 menciona um período de 6 meses. Ele solicitou esclarecimento sobre se o valor
602 estipulado é multiplicado pelos 6 meses para determinar o valor individual,
603 buscando mais clareza para os fazedores de cultura sobre essa questão. **Anne**
604 **Paiva** esclareceu que o valor estipulado para os espaços culturais, conforme
605 mencionado no edital, é multiplicado por 12, considerando que a lei estabelece
606 valores mensais. Ela informou que, no caso específico do edital, o valor máximo
607 previsto para a manutenção dos espaços culturais é de 120.000,00, mas que os
608 editais municipais podem definir um valor mínimo ou um valor intermediário.
609 Assim, é importante que o interessado confira o valor específico do município
610 para realizar a multiplicação correta, já que o município pode estar considerando
611 o valor mínimo estipulado pela legislação. **A conselheira Jordânia Galdino**, fez
612 um resumo das pautas que foram abordadas até o momento: 1. **Apresentação**
613 **dos extratos da conta do Fundo Estadual de Cultura (CEC)** – Este ponto foi
614 discutido e esclarecido durante a reunião. 2. **Status da verba da LPG para o**
615 **Audiovisual)** – Foi apresentada a situação atual da verba destinada ao setor
616 audiovisual, conforme o planejamento estabelecido. 3. **Atualização dos editais**

617 **ainda não lançados** – Foram detalhadas as atualizações sobre os editais que
618 ainda estão em processo de lançamento. 4. **Revisão dos prazos de inscrição**
619 **dos editais** – Este foi o primeiro ponto discutido, com foco nas modificações nos
620 prazos de inscrição para facilitar o acesso e a organização dos participantes.
621 informou que, com a conclusão desses itens, não havia mais pautas a serem
622 tratadas na ordem do dia. Ela passou então para os **ASSUNTOS GERAIS**,
623 abrindo espaço para quem desejasse fazer mais algum comentário ou trazer
624 novos pontos à discussão. Caso não houvesse mais nenhum outro assunto a ser
625 tratado, ela sugeriu que a reunião fosse encerrada. Assim, sem mais
626 manifestações ou assuntos a serem tratados em plenário, **o presidente**
627 agradeceu a presença de todos e deu por encerrada esta 33ª Sessão Ordinária,
628 solicitando que seja providenciada a ata e encaminhada a minuta aos membros
629 para leitura. A ata será aprovada no expediente das próximas reuniões, com
630 posterior encaminhamento para arquivamento na Secretaria Geral do CONEC,
631 visando o registro nos arquivos do Conselho.

PEDRO HENRIQUE SECATTI CACHEADO

Presidente da 33ª Sessão Plenária Ordinária

DUDSON CAMPOS CARVALHO

Secretário Geral da 33ª Sessão
Plenária Ordinária

LISTA DE PRESENÇA

DE FORMA REMOTA:

1. Álvaro Serrão Monteiro – Titular representante da cadeira de Literatura;
2. Dudson Campos Carvalho – Titular representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
3. Elson da Silva Rocha – Titular representante da cadeira de Folclore e Carnaval;
4. Jordania Damasceno Galdino – Titular representante da cadeira de Teatro;
5. Ludimar Nunes Gonçalves – Titular representante da cadeira de Cultura Indígena;
6. Marcos André Durand Pereira – Titular representante da cadeira de Dança;
7. Menciús Benavraham Melo Figueiredo – Titular representante da cadeira de Música;
8. Vanderley Pinheiro – Titular representante da cadeira de Circo;
9. Lucimar Bezerra Marques – Titular representante da cadeira de Cultura Popular de Matriz Ibérica;
10. Bjarne Lima Furtado – Titular representante da Secretaria de Estado de Educação e Desporto Escolar – SEDUC;
11. Roberto Sá Gomes – Titular representante da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas;
12. Cristina Helena Maia de Oliveira – Titular representante Secretaria da Fazenda;

AUSENTES:

13. Wellisson Brito Batista – Titular representante da cadeira de Cultura Afrodescendente;
14. Rosy Cleia da Silva Seixas – Titular representante da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania;
15. Sérgio Ricardo Monteiro de Almeida – Titular em exercício representante da Fundação Estadual dos Povos Indígenas do Amazonas;
16. Lena Emanuelle Moreira Pampolha – Titular representante da Empresa Estadual de Turismo;

CONVIDADOS

17. Paulo Cesar Marques Holanda – Suplente representante da cadeira de Artes Visuais e Novas Mídias;
18. Marly Nascimento Nogueira – Suplente representante da cadeira de Folclore e Carnaval;

ASSESSORIA DE POLÍTICAS CULTURAIS:

19. Anne Paiva Alencar - Assessora jurídica - SEC
20. Maria Luciane Coelho Ituassú da Silva - Assessora jurídica - SEC

ELABORAÇÃO DA ATA:

21. Vanuza da Silva Santos – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TRANSCRIÇÃO:

22. Luan Yano Figueiró Barbosa – Estagiário Equipe CONEC;
23. Mirelly Chunia Marques – Estagiária Equipe CONEC.

EQUIPE JURÍDICO ADMINISTRATIVO CONEC:

24. Sérgio Ricardo Mota Cruz – Assessor Jurídico Equipe CONEC;
25. Symone Juliana Ribeiro Farias – Técnica Administrativa Equipe CONEC;
26. Jennyfer Balbi e Silva – Assistente Administrativa Equipe CONEC;

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:

27. Eduardo Farias de Souza – Estagiário de T.I. Equipe CONEC